



RTEP
REVISTA ISSN: 2316-1493
TURISMO
ESTUDOS & PRÁTICAS

**EDUCAÇÃO FÍSICA, TURISMO, TERRITÓRIO E CAPITAL
SOCIAL: ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS**

*PHISICAL EDUCATION, TOURISM, TERRITORY AND SOCIAL CAPITAL: NECESSARY
ARTICULATIONS*

Humberto Luís de Deus Inácio¹

RESUMO: Este texto tece algumas articulações possíveis e necessárias entre a Educação Física, o Turismo, o Território e o Capital Social, como contributo a reflexão da atuação do profissional em Educação Física no âmbito do Turismo, notadamente no turismo de aventura. Para tanto, discorre sobre os conceitos de Território e de Capital Social e do ecoturismo desde a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Finalmente, apresenta os resultados de um estudo de caso em que tais articulações se fazem presentes, indicando a necessidade de que o profissional que atue neste campo deva se apropriar das teorias ecodesenvolvimentistas. **Palavras-chave:** Turismo; Território; Capital social; Lazer de aventura; Educação Física.

ABSTRACT: This paper weaves some possible and necessary articulations between Physical Education, Tourism, Territory and Social Capital, as a contribution to the reflection about the professional performance in Physical Education in the scope of Tourism, notably in adventure tourism. To this end, it discusses the concepts of Territory and Social Capital and the concept of ecotourism from the perspective of sustainable territorial development. Finally, it presents the results of a case study where such articulations are present, indicating the need for the professional who works in this field to appropriate eco-developmental theories. **Keywords:** Tourism; Territory; Social capital; Adventure leisure; Physical Education.

¹ Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Educação Física e Dança, Brasil. Doutor em Sociologia Política.



INTRODUÇÃO

“Seja você mesmo o que quer que o mundo seja”.
Frase citada por mim, durante a defesa de minha tese,
em agradecimento a meu orientador Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira (UFSC),
falecido neste ano de 2023,
indicando que ele era a própria personificação da mesma.
Este texto trás elementos inéditos da tese,
como homenagem póstuma a ele.

INTRODUÇÃO

As estratégias atuais que buscam modelos alternativos de desenvolvimento, baseados nas necessidades locais, em processos colaborativos e no equilíbrio dos elementos que compõem determinados territórios, têm se disseminado pouco a pouco, seja em iniciativas do setor público, das organizações da sociedade civil, e/ou no meio acadêmico (Pimenta & Mattedi, 2020). Tais estratégias buscam também responder aos desafios da globalização econômica e cultural. Nesta ampla dinâmica o fenômeno do lazer – entre outros, ganha destaque no século passado e no atual.

Fruto de uma dicotomia instaurada com a Revolução Industrial, o tempo ‘fora do trabalho’ – seja por um avanço nas tecnologias de administração e gestão de recursos humanos, seja pelas conquistas históricas dos trabalhadores – passa paulatinamente a ser considerado como um direito dos cidadãos. Entretanto, seguindo a lógica capitalista de consumo [ilimitado] de bens e serviços, o mercado se apropria deste tempo, ditando o que deve e o que não deve ser feito durante o mesmo, oferecendo uma lista sempre crescente de serviços e acessórios a serem consumidos no lazer; um destes serviços é o turismo.

Deste processo, com toda a complexidade com a qual as sociedades modernas veem se constituindo, a Educação Física (EF) faz parte, especialmente a partir da atuação profissional em setores da atividade turística, bem como por sua ampla inserção nos estudos do lazer.

Caetano e Inácio (2011) observaram que a atuação do profissional de EF se amplia paulatinamente no campo do turismo. Em geral, esta atuação tem se dado como guias e/ou monitores de lazer de aventura. Para além disso, sabe-se que pesquisadores de todo o país desenvolvem articulações, destacadamente teóricas, que envolvem os campos da EF, do Turismo, da Geografia, da Sociologia, da Psicologia e da Administração (Uvinha; Banhidi, 2023; Uvinha; Costa, 2021. Bandeira; Ribeiro, 2021. Guarizo; Schwartz, 2020. Godói; Amaral, 2019. Inácio, 2007. Marinho, 2007). Tais reflexões têm demonstrado que diversas práticas corporais desenvolvidas no âmbito do lazer de aventura abrangem aspectos relacionados à corporeidade do praticante, ao ambiente no qual as práticas se desenvolvem, às relações estabelecidas entre visitantes e residentes, aos requerimentos do mercado etc.

Nesta trama interdisciplinar que constitui as práticas do lazer de aventura, bem como os estudos sobre elas, asseveramos que os conhecimentos oriundos destes campos devam ser também apropriados e ‘praticados’ por todos os profissionais que aí atuam,



independentemente de sua formação. É nesta direção que este texto traz algumas contribuições de outros campos distintos da EF.

Antes de continuar, explicitamos que compreendemos o lazer como um fenômeno moderno, fruto das relações contraditórias próprias dos sistemas de ordem socioeconômica capitalista, elemento constituinte da(s) cultura(s), que contribui paradoxalmente tanto para a manutenção do *status quo* quanto para sua superação (Marcassa & Mascarenhas, 2014., Alves Junior & Melo, 2003).

ECOTURISMO: UM PRODUTO CAPITALISTA 'MASCARADO' DE VERDE?

O desenvolvimento do turismo está relacionado com o desenvolvimento tecnológico, o surgimento da 'Era das Ferrovias' e o advento da aviação, responsável por significativo impulso do fenômeno turístico, uma vez que tornou as viagens mais rápidas possibilitando grande intercâmbio turístico (Ignarra, 1999).

O turismo foi (e continua sendo) reverenciado como uma alternativa ao modelo dominante e degradante de produção e consumo de bens e serviços. Em tese, é uma atividade limpa, não poluidora e capaz de desvelar a perspectiva de novas relações entre os seres humanos e destes com o planeta e com as outras espécies (Rodrigues, 2001).

Mas efeitos nefastos do turismo vêm sendo denunciados: vão desde a ampliação da distância entre as classes sociais, pela diversidade dos serviços turísticos (quanto melhor mais caro, portanto, acessível a poucos), até a instalação e implementação de toda uma infraestrutura de transporte, comunicação, hospedagem, gastronomia etc., necessária à oferta dos serviços turísticos.

Por outra via, desde um quadro mais amplo de crise ambiental, proliferam-se pelo mundo iniciativas de atividades, bens e serviços classificados – ou anunciados – como ecológicos. Os países delimitam áreas a serem protegidas (parques, áreas de recuperação, áreas de manejo sustentável etc.); estatutos indicam percentuais mínimos de superfícies a serem mantidas intactas nas cidades; zonas rurais e acidentes geográficos ganham *status* de cenários turísticos. A crítica ao modelo turístico hegemônico gera alternativas, entre elas o turismo rural, o turismo cultural, e o ecoturismo.

Nos últimos anos, olhares como os da Geografia e da Sociologia avaliam e desnudam, nestas alternativas, aspectos predatórios remanescentes do modelo global de turismo – não tanto pelos princípios que deveriam reger tais atividades, mas pelo uso indiscriminado e incorreto das mesmas, fetichizando e camuflando sob rótulos ecológicos, mercadorias e serviços perigosos para o planeta, especialmente por se reproduzirem e espalharem tão rapidamente (Rodrigues 2001; Barreto & Tamanini 2002; Luchiarini 2002).

Por sua vez, Coriolano (2002, p.36) assevera que o turismo, ao assumir como *marketing* um caráter conservacionista, mas que não segue este princípio, acaba gerando “uma contradição típica da ética capitalista, burguesa e individualista que pensa evitar ou mitigar os efeitos destrutivos sem eliminar as causas”.

Cordovil e Souza (2007) alertam que, para consolidar-se como campo de estudo relevante, os estudos sobre o turismo foram significativamente influenciados pela área econômica, uma vez que se objetivava demonstrar sua importância por meio de números, buscando assim respaldar a elaboração de políticas e investimentos para a iniciativa privada.



Por sua vez, a EF não tem se aleijado deste debate. Em dois eventos importantes da área – CONBRACE e ENAREL², se pode observar a estreita aproximação entre a EF e o Turismo em dezenas de trabalhos apresentados, refletindo estudos de pós-graduação, de formação inicial, de projetos de extensão universitária e/ou sociais. Também em periódicos da área é bastante comum encontrar textos que articulam a EF e o Turismo.

No Brasil, programas institucionais, iniciativas da sociedade civil organizada e empreendimentos privados apresentam o turismo, em sua versão ecológica, como uma das melhores propostas de compatibilizar a promoção de renda e a qualidade de vida com princípios de sustentabilidade ambiental. Além disso, dados numéricos apontam para uma alta geração de divisas com a atividade turística, posicionando-a entre as primeiras fontes de renda em nível mundial. Alardeia-se, ainda, que no Brasil o turismo/ecoturismo está em fase germinal e que será uma das saídas para parte das mazelas sociais.

Temos então uma situação típica das sociedades contemporâneas: bens e serviços são revestidos de uma roupagem ecológica, conservacionista ou preservacionista, agregando valor, mas não correspondem a esta perspectiva quando saltam do plano da publicidade para o consumo propriamente dito do produto ou serviço.

Seguindo esta tendência, podemos constatar um assombroso aumento das ofertas de serviços ecoturísticos sob as mais diversas formas: lazer de aventura, *resorts* de florestas, pesca esportiva, lazer cultural etc. O Ministério do Turismo, em estudo realizado entre 2000 e 2002³, indicou mais de quarenta destinos, espalhados pelo país, onde há condições potenciais para que o ecoturismo se constitua em importante fonte de geração de emprego e renda.

Entretanto, tal dinâmica, enquanto constituinte do tecido social, apresenta suas contradições; o ecoturismo, a um mesmo tempo que é alçado à condição de atividade ambientalmente correta, produz uma série de ações degradantes.

Grosso modo, se pode dizer que a totalidade dos autores que conhecemos que dissertam sobre o tema, concorda que o ecoturismo impacta negativamente não apenas os elementos bióticos/naturais, mas que se estendem também a outras dimensões da vida humana, como as sociais e culturais. De maneira resumida, podem-se listar os seguintes impactos: a) perda de valores culturais; b) conflitos entre comunitários e visitantes; c) sobrevalorização de terras e imóveis com aumento do custo de vida; d) superexploração de áreas turísticas; e) descaracterização paisagística; f) poluição da água e do solo; alterações no comportamento da fauna e da flora; g) comércio ilegal de espécies; h) erosão e desmatamento em trilhas; i) infraestruturas inadequadas; j) meios de transporte poluentes (MMA & Salvati apud Ambientebrasil, s/d); sendo que, pelo menos três ou quatro destes, podem ser causados diretamente por modalidades tradicionais do lazer de aventura.

Além disto, há toda uma série de situações nas quais se observam, ora positiva, ora negativamente, o discurso ingênuo/falacioso/contraditório de que o ecoturismo

² CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, evento bianual, realizado pelo CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer, evento anual, realizado majoritariamente por instituições de ensino superior, mas também pelo SESC (Serviço Social do Comércio) e, algumas vezes, em parceria entre estas.

³ BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Pólos de Ecoturismo do Brasil*. Organização de Guilherme Wendell de Magalhães. TERRAGRAH ARTES E INFORMÁTICA, 2001.



contribui para um desenvolvimento equilibrado de comunidades⁴. Por isso, é necessário compreendê-lo, também, como uma atividade que surge no âmbito das sociedades de ordem socioeconômica capitalista, reproduzindo sua lógica de produção e consumo de bens e serviços.

Contudo, não se pode desconhecer que há possibilidades e potencialidades de que esta atividade de constitua de ações e valores sustentáveis. São vários os exemplos mundo afora (Van Schaik; Terborgh, 2002), pelos quais se podem vislumbrar transformações importantes – e positivas, em comunidades que criam e gerem seus próprios projetos. No Brasil, p. ex, isto se pode observar no projeto em andamento na Reserva Extrativista de Mimarauá, no Amazonas, e outros com diversas aldeias indígenas, no Nordeste e Centro-Oeste; o turismo em Bonito (MS), cujos frutos, paralelamente a alguns aspectos degradantes denunciados em diversos trabalhos, têm se espreado por todo um território, contabilizando benefícios para uma parcela significativa da população.⁵

Mas, o que é necessário para que um projeto ecoturístico seja ambientalmente equilibrado e socialmente justo? Ou, dizendo de outra forma: o que é preciso para que uma atividade turística possa ser identificada como ‘eco’? As respostas a esta pergunta são bastante amplas e permitem abranger teorias diversas, bem como, possibilitam que diversas dimensões da dinâmica social do mundo moderno se apresentem. Neste *paper*, como já anunciado em seu título, abordaremos duas destas dimensões: o território e o capital social.

E, também questionamos de maneira mais específica, o que mais, além de conhecimentos técnicos, instrumentais e didáticos/pedagógicos, deve ter um profissional de EF que atua neste setor?

RELAÇÕES DO/NO ECOTURISMO: TERRITÓRIO E CAPITAL SOCIAL

Para Carrière (2004), existem três noções ou conceitos que são essenciais para se pensar o desenvolvimento endógeno⁶: o território, a sociocultura [a qual pode ser identificada como Capital Social], e as redes.

Neste texto, elegemos nos deter sobre as duas primeiras porque:

- Compreendemos que são elementos mais amplos e historicamente constituídos; quer dizer, são dimensões as quais, queiramos ou não, estão presentes em dinâmicas sociais do tipo que aqui debatemos. Por sua vez, as redes, são construtos planejados para estarem aí, podendo ou não se estabelecer.

- Compreendemos que, na maioria das vezes, o lazer de aventura, em sua realização, desconhece ou ignora tais dimensões, produzindo impactos indesejados, como os já citados mais acima.

⁴ “Comunidades”, neste momento, entendidas como um termo de largo espectro, abrangendo desde pequenos agrupamentos, por exemplo, um assentamento rural, até cidades ou ainda regiões que ultrapassam os limites político-administrativos oficiais.

⁵ Em WWF (2003) se podem observar diversos exemplos de ecoturismo exitosos por se ancorarem em bases comunitárias e solidárias.

⁶ Desenvolvimento Endógeno não é um sinônimo para desenvolvimento sustentável; ao contrário, é um conceito que crítica o outro, por suas bases associadas a um chamado ‘capitalismo verde’. Em seus princípios, o desenvolvimento endógeno [o qual se aproxima muito de outros conceitos como os de desenvolvimento local, ecodesenvolvimento e desenvolvimento territorial sustentável], aponta questões importantes a serem enfrentadas para superar os modelos tradicionais de desenvolvimento, como p.ex., a não padronização de ações, o equilíbrio do poder decisório para todos os elementos constituintes do processo, a busca de índices próprios – e suficientes, de produção e consumo, entre outros.



O Território

Pensar em termos de desenvolvimento local requer, necessariamente, pensar sobre o território visto não como um lugar de concentração dos setores (produtivo ou de serviços), mas como um elemento constituinte e constituído do desenvolvimento; ele é “uma unidade ativa do desenvolvimento” (Carrière, 2004, s/n).

Assim, com a relevância que este debate vai adquirindo, o espaço-lugar de desenvolvimento, ou seja, o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia de espaço-território, portador de vida e de cultura, além de potencialidades de desenvolvimento.

A natureza desses espaços foi aprofundada por Pecqueur (2005), para quem o espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua ‘construção’ a partir do dinamismo dos indivíduos que o habitam. A noção de território é aqui o resultado da confrontação dos espaços individuais dos sujeitos nas suas dimensões econômicas e sociais. O território não se opõe ao espaço-lugar, mas o complementa, tal como uma variável explicativa complementar.⁷

A criação (coletiva e institucional) de territórios remete a duas propriedades fundamentais dos mesmos: “a) é uma realidade em evolução; b) é o resultado simultâneo dos ‘jogos de poder’ e dos ‘compromissos estáveis’ estabelecidos entre os principais atores sociais” (Carrière & Cazella, 2006, p.35).

O território representa, ao mesmo tempo, o espaço banal e o espaço vivido pelos indivíduos. O primeiro não é outra coisa que a superfície de terra facilmente quantificada, enquanto o segundo contém a ideia de criação do espaço pela apropriação, pertencimento e uso coletivo.

Outro aspecto importante para a materialização de territórios é a relação meio-técnica. Santos (2002, p.140), dissertando sobre a técnica, salienta que “Não é possível entender uma técnica plenamente fora do todo a que pertence”; ela não existe em si mesma, isolada; a técnica só é possível quando vista como constituinte de um sistema. O autor segue apontando que a técnica, ou os sistemas técnicos – como prefere chamar – são as formas de produção de energia, de bens, de serviços; são as formas de informação, as formas de discurso e interlocução; estes sistemas técnicos são ainda “formas de relacionar os homens entre eles” (Santos, 2002, p.141), o que nos leva a observar que a técnica influencia as maneiras de agir e pensar.

Ampliando sua reflexão, este autor vai olhar para o território e apontar que este vem sendo agido, conformado e transformado a partir de sistemas técnicos antigos, atuais e novos. Podemos dizer, então, que os territórios são formados por conjuntos de sistemas técnicos (entre eles, as relações sociais), os quais configuram, nos nexos que estabelecem entre si, um cenário diverso e dinâmico.

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade (...) a configuração territorial tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (Santos, 2002, p. 51).

⁷ Sobre as diferenças entre as noções de ‘local’ e ‘territorial’, Carrière e Cazella (2006, p.23) vão nos dizer que, mesmo sendo passíveis de serem todas como sinônimos, a noção de território parece ser mais adequada, pois ultrapassa a ideia de uma “pequena dimensão, ou de menor escala”, presente na noção de local.



Nesta direção, podemos usar outra expressão, encontrada em Inácio (2007): o espaço-sujeito, o qual, ao mesmo tempo em que necessita das relações sociais para ter forma, de alguma maneira interfere e configura estas relações através de seus atributos e características próprias.

Entretanto, falar e apontar o território – construído –, como espaço-sujeito de um formato alternativo de desenvolvimento, requer pensarmos que, no mundo contemporâneo, são as coisas novas (os recursos inéditos) as que chamam atenção; não apenas por serem novas, mas por possuírem atributos ligados à inovação tecnológica, qualidade, preços e uma relação socioambiental desejada.

Pecqueur destaca que “a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar os recursos inéditos e é por isso que ela se constitui numa inovação” (Pecqueur apud Cazella, 2005, p.3). Pensamos que o ecoturismo possa constituir-se de tal dinâmica de ‘recursos inéditos’.

Todavia, paralelamente à euforia pelo desenvolvimento territorial, surge um movimento de análise e crítica do mesmo. Cazella (2005) aponta que houve/há uma incoerência entre os discursos e as práticas nos processos locais de desenvolvimento, sobretudo, em zonas rurais desfavorecidas do ponto de vista geográfico e socioeconômico, reforçando a necessidade de uso do conceito de ‘jogo de atores’ em suas reflexões. Este mesmo autor destaca as contribuições de Kayser (1990):

[...] a solidariedade se expressa, concretamente, tanto ou mais no seio da sociedade global a favor de um território em crise ou carente, do que no interior desses territórios e entre indivíduos e grupos sociais portadores de interesses divergentes: a tendência dominante não é, como em outras áreas, o fortalecimento do individualismo e do corporativismo, a busca de proteções e a defesa do que foi adquirido? (Kayser, 1990 apud Cazella, 2005, p. 5).

Além disso, há toda uma dinâmica envolvendo a cultura política local, em diversos níveis, a qual leva a um emaranhado de competências e responsabilidades; formulação e apresentação de projetos paralelos, mas sem conexão; financiamentos repetidos, falta de cultura solidária, entre outros, que acabam por contaminar ‘e minar’ o desenvolvimento territorial almejado.

Também se deve levar em conta - assim assinalam as críticas, a “inexperiência da maioria” (Cazella, 2005, p.6) dos agentes de desenvolvimento territorial, os quais não concebem os conflitos como elementos constitutivos das sociedades. Nas palavras de Olivier de Sardan,

a implementação local de um projeto de desenvolvimento pode ser comparada a um vasto processo de “negociação informal”, no seio da qual se encontra o agente de desenvolvimento que deve necessariamente gerenciar (bem ou mal, consciente ou não, com domínio ou sem) as relações de força, os golpes baixos e os compromissos (Sardan apud Cazella, 2005, p. 6).

Acontece que a capacidade de articulação entre os diversos atores (institucionais ou não) que compõem um território está diretamente subsumida pelas possibilidades (culturais, econômicas, relacionais etc.) que os atores possuem. Há regiões no Brasil em que um alto índice de analfabetismo pode ser o maior fator limitante de um processo de desenvolvimento endógeno; em outros ‘lugares’, as diferenças étnicas e culturais podem ser a restrição.



O lazer de aventura, ao ser inserido em territórios nos quais, antes, sequer era conhecido/reconhecido, torna-se mais um elemento a ser articulado neste jogo de poderes. O profissional de EF que aí atua não pode desconhecer tal dinâmica, correndo o risco de ser uma marionete, conduzida por diversas outras mãos com interesses distintos. A possibilidade de atuação crítica, não reprodutora de princípios capitalistas ‘verdes’, mas consciente das dimensões presentes no debate sobre o desenvolvimento, deve ser alvo de uma formação ampliada e não tradicional para estes profissionais.

É nesta trama que se destaca a noção de Capital Social.

O Capital Social

As atuais teorias do desenvolvimento endógeno apontam e insistem no importante papel que desempenha o capital social, constituído pela memória, pela cultura, pela identidade e pelas instituições locais no processo de desenvolvimento. Como característica comum, estes fatores são “não-transferíveis e não-mercantis *[sic]*” (Carrière, 2004, s/n).

Segundo Carrière (2004), foi Perroux quem teve o mérito de introduzir a cultura e as relações sociais no âmbito de uma teoria desenvolvimentista. Com isto, enriqueceram-se as análises econômicas e a complexidade da temática do desenvolvimento foi colocada em primeiro plano.

Também Tonneau e Vieira (2006, p.317) ressaltam o papel decisivo do capital social nos esforços de planejamento e gestão de desenvolvimento territorial, haja vista a grande deficiência “das políticas macroeconômicas tradicionais para dar resposta efetiva aos impasses sentidos nos níveis local e territorial”.

Ainda que o termo ‘capital social’ pareça, à primeira vista, excessivamente economicista – apenas e tão somente pelo uso da expressão ‘capital’ –, ele não é um indicativo da riqueza monetária de um determinado território; tampouco significa que os moradores deste mesmo território sejam, todos, pessoas cultas, tituladas. Pode-se ampliar o olhar sobre este termo, a partir de Pierre Bourdieu, que define o capital social como um

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1998, p. 67).

Em síntese, o capital social seria o somatório dos recursos inscritos nos modos de organização da vida social de uma população. É um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de comportamento social em vigor.

Em NEPOL (2004) encontram-se três níveis na definição de capital social:

- Associações horizontais entre pessoas e normas associadas a redes associativas que afetam a produtividade e o bem-estar da comunidade; redes sociais que podem aumentar a produtividade ao reduzir, por exemplo, os custos relacionados com o estabelecimento de empresas ou com a definição de acordos entre particulares;
- Redes horizontais e redes verticais entre pessoas e organizações, bem como os comportamentos entre e dentro das organizações. Vai mais além das divisões sociais existentes (mesmas classes sociais, pessoas da mesma religião, membros do mesmo



grupo étnico, redes socioprofissionais). Sair da própria classe ou divisão social implica poder ter acesso a informações e recursos materiais fundamentais para a comunidade ou grupo de origem;

- O ambiente social e político em que se situa a estrutura social. Abrange as normas, as formas de governo, o regime político, a eficácia social do direito, o sistema judiciário (a justiça e sua aplicação), o respeito das liberdades civis e políticas. A forma de organização e as instituições sociais (no sentido amplo) têm, assim, grande importância na qualidade e na quantidade de capital social em uma sociedade dada.

A isto, acrescentamos que a maneira como uma determinada população se relaciona com o meio ambiente físico, ou seja, suas formas de apropriação dos recursos naturais, renováveis ou não, também é um elemento que constitui o capital social; a dizer, que a relação sociedade/natureza é fundamental na análise de um processo de ecoturismo.

Autor importante no debate sobre capital social, Putnam afirma que um de seus aspectos fundamentais é o processo cooperativo. Para o autor, o capital social, construído ao longo de décadas e/ou séculos, pode definir a disposição de um povo em agir colaborativamente. Ele entende que as estruturas não definem isto, posicionando-se contrariamente à ideia de que não há o que fazer em regiões onde a cultura da cooperação ainda não está alavancada. Para ele, não só é possível como desejável que este 'espírito cooperativo' seja semeado em tais regiões, pois "criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar" (Putnam, 1996, p.194).

E afirma que uma sociedade forte leva a um Estado também forte, fato este que, em última análise, fortalece a democracia. Para isto, faz as seguintes considerações:

1 - O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições (p.191);

2 - Mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política (p.193);

3 - A história institucional costuma evoluir lentamente (p.193).

O capital social necessário à estruturação das condições é criado através de vários caminhos. Um deles pode ser o olhar do morador local sobre seu lugar, seu espaço, seu território; outro é o olhar do turista sobre um espaço, lugar, território - diferentes do seu, o que pode criar uma imagem paradisíaca do espaço turístico, incrementando seu potencial atrativo; outro, ainda, pode ser o olhar do empreendedor (do ecoturismo) ou dos profissionais que ali atuam, cuja perspectiva pode ser desde puramente mercantil até a de instituição de um processo endógeno de desenvolvimento.

Importa ainda destacar que o capital social, uma vez compartilhado por um coletivo, pressupõe confiança. Assim, as pessoas de um dado território não precisam se conhecer ou serem amigas para constituir capital social. As relações que se estabelecem entre elas, baseadas em cooperação e não em antagonismos, é que permitem sua construção, seu acúmulo, sua ampliação e apropriação⁸.

Nesta direção, observa-se com relativa facilidade que os cursos de formação em EF encontram-se distantes de territórios de ecoturismo, o que nos permite dizer que também os profissionais da área que ali vão trabalhar, sejam de outras regiões. Isto reforça nossos argumentos de que tais profissionais devam se apropriar (no sentido de

⁸ Apesar de não ser aqui apresentada, a categoria do conflito é indicada como importante aspecto do capital social. Sobre isto, Cazella (2005, p.6) cita Hirschman (1996), o qual nos sugere "cuidar com carinho" dos conflitos sociais, para tornar mais efetivas as operações de desenvolvimento. Ele defende a ideia de que os conflitos bem negociados e/ou mediados agem como um fator de socialização, integração e coesão social.



conhecer, não de tomar posse) dos elementos que constituem o capital social do território.

ANOTAÇÕES DESDE UM ESTUDO DE CASO

Apresentaremos aqui alguns dados obtidos em uma pesquisa realizada na região do Alto Vale do Itajaí (SC). A escolha desta região se deu após uma série de explorações e de uma visita técnica, por meio das quais se observou que tal região apresentava-se como um território significativo para a realização/desenvolvimento do ecoturismo, tanto em ações efetivas e em andamento, quanto em projetos públicos e privados. Da mesma forma, obtivemos informações que situavam três municípios (Rio do Sul, Ibirama e Presidente Getúlio) como importantes espaços político-administrativos no cenário geral - e também no ecoturismo, na região estudada. Estes dados são apresentados com o intuito de ampliar a reflexão aqui proposta.

A 'nossa' região localiza-se no chamado 'Vale Europeu', em Santa Catarina; região caracterizada pela cultura europeia, principalmente as germânica e italiana, as quais foram trazidas com os imigrantes que ali chegaram ao final do século XIX.

Importa lembrar agora que o desenvolvimento turístico de um lugar depende de uma série de relações construídas entre os diversos atores institucionais e a sociedade civil, que ultrapassam as barreiras político-administrativas. Pelo que pudemos apurar, a região do Alto Vale do Itajaí segue esta mesma tendência.

A região estudada é considerada, culturalmente, muito rica, com união de diversas etnias, as quais mantêm suas tradições originais, através dos costumes, das danças e músicas folclóricas, bem como do artesanato e produtos típicos, da arquitetura colonial e do modo de viver de cada família.

Além disso, o Vale do Itajaí possui vasta biodiversidade que vem sobrevivendo ao processo de degradação provocado pela exploração econômica e pelo desenvolvimento sem planejamento. Neste aspecto ressaltam-se, além da riqueza da Mata Atlântica, os cânions formados sobre os diversos rios, as cachoeiras e quedas d'água, as pequenas propriedades rurais familiares e as paisagens formadas pelo conjunto, que lembram vilarejos da Europa.

Sobre a infraestrutura, segundo levantamento efetuado por Ruschmann *et al* (2004), pode-se observar que a região do Alto Vale vem apresentando um crescimento na oferta de serviços e produtos turísticos, com destaque para as práticas de aventura, tais como *rafting*, *rapel*, *trekking*, voo livre, ciclismo de montanha, entre outros.

O Território e o Capital Social no Alto Vale do Itajaí

Ao articularmos as bases teóricas aqui apresentadas sobre os conceitos de Território e de Capital Social, fica clara a estreita relação entre eles. De maneira geral, podemos dizer que a constituição de um território depende da presença do capital social e que este último se constitui durante a formação de um determinado território.

Sobre isto, os dados coletados em nosso estudo apontam:

- As diversas culturas que formam(ram) o território são importante fator de agregação social, contribuindo sobremaneira, especialmente nas festas, nos encontros de grupos folclóricos e de associações étnicas, para o fluxo de pessoas entre os municípios, expandindo a procura e a oferta de serviços turísticos nestas concentrações, com evidente determinação de um capital social pré-existente que se reforça, reconstrói e amplia nestas situações.



- A diversidade cultural – considerada elemento do capital social, também se faz presente em modalidades esportivas específicas, tradicionais das etnias que colonizaram a região, como o bolão e a bocha. Os torneios regionais e encontros de clubes destas modalidades também ajudam a incrementar o turismo interno e, conseqüentemente, potencializam a solidificação da identidade que constitui aquele território.

- O território apresenta grande potencial para atividades cooperativas, que tenham papel formador social, sendo um reflexo da capacidade articuladora de seus moradores - condição indispensável para criação e ampliação de capital social. Esta ‘característica’ foi observada também no ecoturismo.

- No município de Rio do Sul, o turismo está mais propenso ao turismo rural; em Ibirama, o destaque é o turismo de aventura e, em Presidente Getúlio, pode-se encontrar uma articulação entre as duas modalidades.

- É interessante notar, pelos folhetos de propaganda impressos e pela internet, das diversas operadoras de ecoturismo da/na região, que todas fazem referência ao município de Ibirama; mas, na execução dos serviços, os espaços de realização destes estão distribuídos em diversos outros municípios da região, constituindo assim elementos de um território.

- Apesar de o município de Presidente Getúlio se apresentar como Vale das Cachoeiras, esta titulação cabe a um território mais amplo, que compreende os municípios de Ibirama, Presidente Getúlio, Dona Emma, Witmarsum, Vitor Meireles e José Boiteux, somando cerca de 150 cachoeiras em meio a trilhas na Mata Atlântica. Este dado é importante para a reflexão sobre a constituição de um território baseado na atividade turística. Mesmo que centrado nos três municípios sedes de um Polo de Ecoturismo, não há como não fazer menção ao Alto Vale do Itajaí como um todo.

E A EDUCAÇÃO FÍSICA NESTE PROCESSO?

Pelo que apontamos até aqui, queremos reafirmar nossa compreensão de que na região estudada observa-se a significativa presença de um capital social bastante peculiar, o qual constitui e, dialeticamente, é constituído, um território.

Componente deste capital social, diversos atores sociais do território indicam uma característica típica de seus moradores: o empreendedorismo. Aqui entendido não como uma capacidade de criar e manter empresas, mas sim como um ato inovador, como uma atitude criativa e responsável na direção de suprir suas necessidades de sobrevivência e de avanços social, econômico e ambiental.

Afirmam que tal capacidade é herança de uma cultura trazida com os imigrantes pioneiros, bem como reflete uma batalha pela sobrevivência desde as primeiras colônias que ali se instalaram, até os dias de hoje, no enfrentamento das condições adversas mais atuais: clima, infraestrutura precária, falta de qualificação, concorrência com outros territórios e atividades etc.

Por outra via, transitar pelas ruas, rodovias e estradas rurais, mirar as arquiteturas nas casas e prédios, encantar-se com a limpeza das cidades e com os jardins das praças e casas, leva-nos a ‘perceber’ algo de diferente naquele lugar; algo que lhe confere uma identidade, uma unicidade.

Também nas festas folclóricas, nas manifestações artísticas e esportivas, nas línguas (especialmente a alemã e a italiana) que se ouve a miúde nas ruas, observa-se algo singular; e ainda, para os turistas que para ali se dirigem em busca de um lazer de aventuras, a organização, a seriedade, a responsabilidade, entre outras características,



encontradas, são vitrine de uma forma peculiar de viver. A constituição do Alto Vale do Itajaí como um território, com seu capital social, passa, inexoravelmente, por estas questões.

Imagine-se agora, um grupo de pessoas instalando neste território uma operadora de lazer de aventura. Que aspectos daquele ‘espaço-sujeito’ devem ser levados em conta? Quais características formativas do povo daquela região contribuirão – ou não, para o sucesso da proposta? Quais as novidades apresentadas pela operadora serão aceitas ou rejeitadas pela comunidade?

E que classe de ações um guia ou monitor de lazer de aventura deverá desenvolver para que sua atuação profissional seja reconhecida como relevante na dinâmica de um processo endógeno de desenvolvimento do qual o ecoturismo seja um dos pilares? As respostas a estas questões serão diferentes para cada território, para cada conjunto de características que compõem o capital social destes mesmos territórios.

Isto nos leva a inferir que a instalação de operadoras de lazer de aventura, enquanto expressão do ‘empreendedorismo’ que constitui aquele capital social, podem ser exitosas. Contudo, se forem iniciativas ‘estranhas’, instaladas sob princípios mercantis e/ou administrativos tradicionais, sem conexões mais sólidas com o território, podem sucumbir.

Paixão (2009, s/p.) comunica que “durante um tempo considerável aspectos ligados ao tipo de formação do condutor esportivo de aventura não constituíram preocupação no contexto da formação profissional em Educação Física [...]” Na mesma direção seguem Correa & Delgado (2021, p. 114) quando concluem que

a temática atividades de aventura na formação do profissional de Educação Física é de relevância atual tendo em vista a dinâmica estabelecida entre os elementos que a constituem e a preparação e atuação desse profissional na sociedade contemporânea.

O que não pode acontecer – asseveramos, é que um profissional da EF, atuando no lazer de aventura, aja da mesma maneira em territórios sabidamente diferenciados, como o sul ou no norte do país; ou os territórios constituídos por imigrantes europeus ou por silvícolas seculares; ou ainda, o litoral ou o interior.

Reconhecer as diferenças territoriais e os elementos que constituem o capital social de certa população é requisito indispensável em processos de desenvolvimento baseados no equilíbrio entre geração e distribuição de renda; a dizer, é requisito da atuação profissional em qualquer campo da atividade humana, inclusive em dinâmicas de lazer que neles se desenvolvam.

REFERÊNCIAS

Alves Junior, E. D., & Melo, V. A. (2003). *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole.

Ambientebrasil. (2012). *Impactos do Ecoturismo*. Disponível em http://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/artigos/impactos_do_ecoturismo.html. Acesso em 03/05/2012.



Bandeira, M. M., & Ribeiro, O. C. F. (2015). Sobre os Profissionais da Aventura: Problemas da Atuação na Interface Esporte e Turismo. *LICERE*, 18(3), 116-157.

Barreto, M., & Tamanini, E. (org.) (2002). Redescobrimo a ecologia no turismo. *Coleção Turismo*, EDUCS.

Bourdieu, Pierre. (1998). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.

Caetano, A. C. A., & Inácio, H. L. D. (2011). O papel do profissional de Educação Física em atividades de lazer voltadas ao ecoturismo. *Revista Lazer e Sociedade*, v. 3, 87-109.

Carrière, J. P. (2004). *As bases teóricas das estratégias de desenvolvimento local*. I Seminário do projeto de pesquisa “DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina”. mimeo.

Carrière, J. P., & Cazella, A. A. (2006). Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *ESFORIA. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC*. v.4, no. especial, 23-47.

Cazella, A. A. (2005). *Vantagens diferenciadoras e mediação de conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial*. Disponível em http://www.condraf.org.br/documento/Texto_Ademir_Cazella.pdf. Acesso em 13/02/2007.

Cordovil, J. C. S., & Souza, J. A. A. (2007). *Política Pública e Atividade Turística como Estratégia de Gestão do Território: uma contribuição a partir do Desenvolvimento Socioespacial*. João Pessoa. In: X Encontro Nacional de Turismo com Base Local, Anais, 926-937.

Corrêa, E. A.; Delgado, M. (2021). Atividades de aventura nos currículos de formação inicial em educação física no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v.8, n.2, 114-135.

Godoi, R. C., & Amaral, S. C. F. (2019). O Reflexo do Projeto Neoliberal nas Políticas Públicas em Turismo e Turismo de Aventura no Brasil. *LICERE*. 22 (4). 489-518.

Guarizo, M. A., & Schwartz, G. M. (2020). Usabilidade de Sites nos Contextos do Lazer, Turismo e Hospitalidade: uma análise da produção científica. *LICERE*. 23 (2), 362-385.

Ignarra, L. R. (1999). *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira.

Inácio, H. L. D. (2007). *O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC). Florianópolis, 257p.

Luchiari, M. T. D. P. Turismo e Território: sustentabilidade para quem? In: Barreto, M., & Tamanini, E. (org.) (2002). *Redescobrimo a ecologia no turismo*. 1 ed. Caxias do Sul: Educs, v.1, 01-131.



Marcassa, L., & Mascarenhas, F. (2014). Lazer. In: González, F. J., & Fensterseifer, P. E. (Org.) (2014). *Dicionário crítico de Educação Física*. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 408-412.

Marinho, A. (2007). Lazer, meio ambiente e turismo: reflexões sobre a busca pela aventura. *LICERE*. 10 (01), 04-20.

Neil, J. & Wearing, S. (2000). *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Editora Manole.

NEPOL - Núcleo de Estudos Sobre Poder e Organizações Locais (UFBA) (2004). *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Projeto de pesquisa. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>. Acesso em 01 de dezembro de 2004.

Pecqueur, B. (2005). *A guinada territorial da economia global*. Palestra proferida junto ao Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Brasil: [s.n.].

Paixão, J. A., Costa, V. L. M., Gabriel, R. E. C. D. (2009). O instrutor de esporte de aventura no Brasil: implicações ligadas ao processo ensino aprendizagem. *EFDeportes*. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 134.

Pimenta, R. L., & Mattedi, A. P. (2020). Convergências entre os circuitos turísticos de Minas Gerais e a Teoria de desenvolvimento sustentável de Sachs. *Turismo: Estudos & Práticas* (UERN), Mossoró/RN, 9 (1), 1-25.

Putnan, R. D. (1996). Capital social e desempenho institucional. In: Putnam, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 173-194.

Rodrigues, A. B. (2001). Geografia do turismo: novos desafios. In: Trigo, L. (org). *Turismo: como aprender, como ensinar*. Ed.Senac: São Paulo.

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço*. Edusp: São Paulo.

Tonneau, J. P. Vieira, P. H. F. (2006). Que diretrizes para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: *ESFORIA. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC*. 4, no. Especial, 311-334.

Keo, L., & Uvinha, R., & Banhidi, M. (2023). Turismo esportivo e atividades de montanha: percepção e satisfação de viajantes no Camboja. *Turismo: Estudos & Práticas*. (RTEP/UERN), 12 (01).

Uvinha, R. R., & Costa, J. H. (2017). Lazer, turismo e mercado de trabalho: um breve bate-papo com Ricardo Ricci Uvinha. *Turismo: Estudos & Práticas*. (RTEP/UERN), 6(01), 117-126.

Van Schaik, Al., & Terborgh, J. (2002). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR.

WWF. (2003). *Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Mitraud, S. (org.) Brasília: WWF Brasil, 2003.



Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 19/04/2023

Aprovado em: 12/06/2023

Received in: April 19, 2023

Approved in: June 12, 2023